



Vai à Câmara aumento de pena para roubo com arma branca

Projeto da Comissão de Constituição e Justiça aprovado ontem pelo Plenário estabelece punição maior para quem praticar o crime usando faca ou punhal, por exemplo



Moka e Eunício na sessão que aprovou o projeto de lei para incluir no Código Penal o aumento da pena para casos de roubo com a utilização de armas brancas

O Senado aprovou ontem projeto que aumenta a pena, de um terço até a metade, para quem praticar crime de roubo usando armas brancas, como faca ou punhal. Hoje a pena prevista no Código Penal para roubo é de quatro a dez anos de reclusão.

A proposta, que segue para a Câmara, foi apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça em resposta a críticas a uma lei que acabou com o agravamento para roubo com arma branca. **3**

Congresso mantém cinco vetos e marca nova sessão para terça

Em sessão conjunta realizada ontem, o Congresso Nacional decidiu manter cinco vetos presidenciais. Um deles é sobre trechos

da lei que regulamentou a profissão de arqueólogo. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, marcou nova sessão para terça-feira. **3**



Senadores e deputados voltam a se reunir na terça-feira para analisar vetos

Anulada ação de busca e apreensão em imóvel funcional de Gleisi

Reclamação feita em 2016 pela Advocacia do Senado, em nome da Mesa, para anular busca e apreensão no imóvel funcional ocu-

pado pela senadora Gleisi Hoffmann, foi acolhida ontem pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal. **2**

Zerar desmatamento impõe desafios, aponta debate

O desmatamento ilegal teve queda significativa no país desde 2004, mas as ações de fiscalização não podem parar, defenderam participantes de audiência na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. Eles discutiram estratégias para o Brasil cumprir a meta de zerar a prática até 2030. **6**



Jorge Viana (C), relator da comissão, no debate com Ane Alencar e René Oliveira

Especialistas defendem ferrovias com mais investimentos privados

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, debatedores defenderam a diversificação dos modais transporte,

com ênfase em ferrovias, para o escoamento da produção. Para eles, o investimento privado é fundamental. **5**



Lasier (à frente) solicitou a audiência e Gurgacz (C) coordenou o debate

Eunício e Maia vão decidir pauta do período eleitoral

Segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, após o recesso de julho, haverá plantão para votações. **2**

Relator vai agilizar votação de marco de dados pessoais

Em audiência pública, Ricardo Ferraço anunciou que pretende votar o projeto terça-feira em comissão. **4**

Câmara e Senado: a democracia conectada

Visite nossa bancada na Campus Party

Palestras

Parlathon (o nosso hackathon)

Desafio VisitApp

De 27 de junho a 1º de julho
Estádio Mané Garrincha
#CamaraeSenadoNaCampus

SENADO FEDERAL CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eunício e Maia definirão pauta no período eleitoral

Os presidentes do Senado e da Câmara se reunirão para decidir os projetos a serem analisados até outubro. Após o recesso de julho, as votações devem ser realizadas em esquema de plantão

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, se reunirá com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para definir a agenda de votações de projetos no período eleitoral. De acordo com Eunício, a intenção é fazer um calendário que concilie o tempo disponível com a qualidade nas votações.

— Vamos ter o recesso, mas voltaremos. No período eleitoral, teremos plantões. Eu e o Rodrigo [Maia] vamos combinar o calendário para essa questão do período eleitoral — afirmou Eunício.

Entre os projetos que podem ser analisados pelo Senado, está a cessão onerosa da Petrobras. Os deputados aprovaram o texto-base da proposta na semana passada, mas três destaques ficaram pendentes e estão na pauta da Câmara.



Segundo Eunício, no período eleitoral o Senado fará plantões para votar

Após a análise dos deputados, o PL 8.939/2017, que permite à Petrobras vender até 70% de sua participação nas áreas contratadas sob o regime da cessão onerosa, segue para o Senado. De acordo com Eunício, ainda não há previsão

de quando o texto será votado pelos senadores.

— Depende de como o projeto sair da Câmara. Se ele sair negociado é bem mais fácil.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Senado não vai reduzir salários de terceirizados

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reforçou que a Casa não reduzirá salários de funcionários terceirizados em uma futura licitação. O comentário foi feito após elogio da deputada Erika Kokay (PT-DF), que comparou a situação com a da Câmara dos Deputados, onde, segundo ela, terceirizados da Comunicação seriam afetados com cortes.

Eunício afirmou que a decisão de manter os mesmos níveis salariais para vigilantes, empregados da limpeza e funcionários do setor administrativo, entre outras categorias, atende a pedidos de vários

senadores e não vai impactar a política de economia da Casa, que devolveu mais de R\$ 200 milhões à União em 2017. Segundo ele, a economia prossegue em 2018.

— Ninguém contará comigo para tirar direitos adquiridos das pessoas. É isso que determina nossa consciência e nossa Constituição. Eu não fiz nenhuma gentileza, nenhum favor. Eu fiz a minha obrigação para com aquelas pessoas. Se outra empresa vier a ganhar, quem for contratado será contratado pelo mesmo valor que os anteriores ganhavam, sem prejuízo do Senado — disse.

A possibilidade de redução de salários no Senado teria sido levantada em um documento interno, que sugeria que os próximos contratos de terceirização de mão de obra fossem assinados tendo por base o piso de cada categoria profissional, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União.

Para Erika Kokay, o Senado teve sensibilidade com os trabalhadores. Ela disse esperar a mesma postura da Câmara:

— Que esse exemplo arraste a Câmara e que a Câmara se posicione a favor da justiça e não retire direitos.

Lei obriga notificação de câncer ou malformação

Serviços de saúde públicos e privados terão que notificar as autoridades sobre câncer e malformações congênitas. É o que estabelece a Lei 13.685, publicada no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 14/2018, aprovado no Senado no dia 30. As novas regras entram em vigor em 180 dias.

O projeto, da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), tratava da notificação obrigatória de eventos relacionados ao câncer, mas a sua tramitação em conjunto com outros projetos resultou na aprovação, pela Câmara, de um substitutivo que incorporou também a comunicação compulsória de malformações congênitas.

A proposta foi relatada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) por Waldemir Moka (MDB-MS), que apontou o câncer como a segunda maior causa de mortalidade no Brasil, responsável por cerca de 15% dos óbitos anuais. Daí a importância de se estabelecerem medidas e políticas públicas voltadas ao rastreamento e tratamento desse conjunto de doenças e à reabilitação dos pacientes.

A norma, de acordo com o senador, permitirá identificar gargalos de assistência, diagnóstico, tratamento e prevenção da doença, bem como estabelecer dispositivos técnicos para o efetivo cumprimento da lei.

— Este projeto obriga tanto na rede pública quanto

privada que, uma vez feito o diagnóstico, seja obrigatório o hospital, o médico ou a clínica comunicar à autoridade aquele diagnóstico. Isso vai facilitar o acompanhamento para que esse tratamento comece em no máximo em 60 dias — apontou.

O texto também altera a Lei 12.662, de 2012, que assegura a validade nacional da Declaração de Nascido Vivo, documento que é substituído pela certidão de nascimento. A Declaração de Nascido Vivo contém o número de identificação nacionalmente unificado, gerado pelo Ministério da Saúde. A nova lei acrescenta a obrigatoriedade de constar também a informação sobre nascimento com malformações congênitas.

STF anula busca e apreensão em imóvel funcional de senadora

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu reclamação feita em 2016 pela Advocacia do Senado, em nome da Mesa, para anular busca e apreensão no imóvel funcional ocupado por Gleisi Hoffmann (PT-PR). A busca foi determinada pelo juiz federal da 6ª Vara Federal

Criminal de São Paulo, Paulo Bueno de Azevedo, durante a Operação Custo Brasil.

No Plenário, Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a decisão do STF é uma “vitória da democracia”. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que a Casa questionou a ação em nome do Legislativo.

Gleisi comemora decisão que a inocentou

Gleisi Hoffmann (PT-PR) comemorou a decisão da Segunda Turma do STF de absolvê-la, juntamente com o marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.



Moreira Matiz/Agência Senado

A senadora afirmou que por quatro anos o nome dela foi acompanhado dos adjetivos “acusada”, “indiciada”, “denunciada”, “ré”. Gleisi disse esperar que os veículos de comunicação, que tanto a adjetivaram com essas palavras, passem a adjetivá-la de “inocentada”. O julgamento, disse, teve muita relevância para o “restabelecimento do Estado de direito no Brasil”.

Regina critica veredito de Fachin sobre Lula

Regina Sousa (PT-PI) disse que o Supremo se apequenou, ao se referir à decisão do ministro Edson Fachin, da Segunda Turma do STF, de encaminhar para análise do Plenário da Corte o pedido de liberdade feito pela defesa do ex-presidente Lula. Para a senadora, Fachin tomou a decisão ao verificar que a Segunda Turma poderia favorecer Lula.




Marcos Oliveira/Agência Senado

— A Segunda Turma é que julga os processos da Lava Jato. Poderia até ir depois para o Pleno, mas, com antecipação, é manobra explícita. Agora não tem como não dizer que Lula é um preso político — disse.

HÁ 30 ANOS

Texto da nova Constituição está pronto, anuncia jornal



“Após um ano e cinco meses de trabalho, o texto está pronto, o que contradiz os arautos que tentaram desacreditar a Constituinte”, dizia o *Jornal da Constituinte* de 27 de junho de 1988. Os parlamentares previam encerrar naqueles dias a votação, em primeiro turno, da nova Carta. Uma das aprovações importantes da semana foi a que limitou a 65% da receita corrente as despesas da União, dos estados e dos municípios com pessoal.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte53>

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CDH Mobilidade urbana

9h Audiência sobre transportes no Brasil, com foco na mobilidade urbana.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão sem votações, destinada a discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

Roubo com arma branca pode ter pena maior

Segue para a Câmara projeto da Comissão de Constituição e Justiça aprovado ontem pelo Plenário que aumenta a punição, de um terço até a metade, para quem praticar o crime usando facas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que aumenta a pena para o crime de roubo praticado com emprego de armas brancas, como facas e punhais. O PLS 279/2018, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), segue para a Câmara dos Deputados.

Em abril, o presidente da República, Michel Temer, sancionou a Lei 13.654 que alterou o tratamento dispensado pelo Código Penal ao crime de roubo. O texto acabava com o agravamento da pena para

crimes cometidos com armas brancas e mantinha apenas para os casos praticados com armas de fogo. A mudança foi bastante criticada por juízes e membros do Ministério Público.

O PLS 279/2018 resgata o entendimento original do Código Penal. A pena para o crime de roubo é de quatro a dez anos de reclusão. Quem usar armas de qualquer espécie para praticar o crime pode ter a punição agravada de um terço até a metade.



Entre Moka e Raupp (D), Eunício comanda a sessão que aprovou pena maior para roubo com uso de arma branca

Congresso mantém cinco vetos e decidirá outros dois na terça

O Congresso Nacional decidiu pela manutenção de cinco vetos presidenciais. Outros dois foram objeto de destaques para votação em separado, mas não foi possível concluir a análise por falta de quorum. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, convocou nova sessão do Congresso para terça-feira, a partir das 14h.

Entre os cinco vetos mantidos na integralidade, está o 15/2018, sobre trechos da lei que estabelece a possibilidade de ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa.

O Veto 13/2018 atingiu a lei que regulamentou a profissão de arqueólogo. Foram vetados diversos pontos, entre eles a exclusividade do desempenho das atividades de arqueólogo por profissionais com formação na área.

Segundo o governo, isso entraria em conflito com o a liberdade de exercício profissional.

Outro veto preservado foi o 17/2018, referente à lei que reonera a folha de pagamento de alguns setores da economia para compensar a redução do preço do diesel. Nessa norma, foi vetado o trecho que zerava até o fim do ano a cobrança do PIS/Cofins sobre o combustível — essa medida acarretaria renúncia excessiva de receitas, argumentou o Executivo.

O Congresso também manteve integralmente o Veto 16/2018, sobre a lei que define o uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no Sistema Nacional de Emprego (Sine), e o Veto 18/2018, sobre a lei que cria cargos e funções para o Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro (RJ).

Um dos vetos pendentes refere-se a dispositivos da lei que estabelece incentivos tributários para que empresas de tecnologia e informática invistam em pesquisa, desenvolvimento e inovação (MP 810/2017). Um desses dispositivos permitia às empresas que enquadrassem nessa categoria gastos com aquisição, ampliação ou modernização de infraestrutura. O governo argumentou que essas despesas são administrativas e, portanto, não deveriam merecer o incentivo.

O outro veto que ainda será decidido diz respeito ao PLC 58/2016, que federaliza um trecho rodoviário entre os municípios de Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC). Ana Amélia (PP-RS) fez um apelo pela derrubada do veto. Segundo o Executivo, esse trecho não atende aos requisitos para a federalização.

Prorrogada MP que estende contratos do Executivo

Foi prorrogada por 60 dias a vigência da medida provisória que estende por até um ano o prazo de 187 contratos dos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O ato de prorrogação da MP 829/2018 foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

A nova data limite para os contratos, de acordo com a MP, é 15 de agosto de 2019. A justificativa para ampliação do prazo é atender a necessidade temporária de “excepcional interesse público” desses órgãos.

Os contratos são referentes a técnicas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou novas atribuições por aumento transitório do volume de trabalho. Há também contratos de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho.

Esses contratos, de acordo com a Lei de Contratação Temporária de Interesse Público (Lei 8.745, de 1993), teriam prazo máximo de cinco anos. Assim, o ano limite seria 2018, mas a MP alterou o período.

Agora a MP aguarda relatório na Comissão Mista específica para analisar o texto. O presidente da comissão é o deputado Augusto Coutinho (SD-PE) e a relatora é a senadora Ana Amélia (PP-RS). Depois da análise na comissão, o texto vai a votação nos Plenários da Câmara e do Senado.



Na sessão de ontem, deputados e senadores mantiveram o veto a vários dispositivos da lei que regulamentou a profissão de arqueólogo

Comissão Mista de Orçamento adia votação de relatório

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) cancelou a reunião que faria ontem para votar o relatório da Medida Provisória 825/2018, que concede crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão ao Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro. O parecer é pela aprovação da MP.

Com Agência Câmara

Mobilidade urbana será tema de audiência hoje em colegiado

A situação dos transportes no Brasil com foco na mobilidade urbana é assunto da audiência pública hoje, a partir das 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O debate foi solicitado pelo vice-presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados o presidente da Associação dos Usuários de Transporte Coletivo do DF, Vidal Guerra, o coordenador-geral da ONG Rodas

da Paz, Bruno Leite, a pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Maria Rosa Ravelli de Abreu, o presidente da União de Ciclistas do Brasil (UCB), André Geraldo Soares, o ex-coordenador do Metrô-DF Carlos Penna Brescianini, o defensor nacional dos Direitos Humanos da Defensoria Pública da União, Anginaldo Oliveira Vieira, e o presidente da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras (Amaac), Román Cuatrin.

Deverão participar também representantes do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

A audiência pública interativa será realizada na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Proteção de dados pessoais pode ser votada

O relator dos projetos que tratam do tema, Ricardo Ferrazo, pretende votar o texto na Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira e levá-lo ao Plenário antes do recesso

RELATOR DAS PROPOSTAS que regulamentam o uso e a proteção de dados pessoais no Brasil, o senador Ricardo Ferrazo (PSDB-ES) pretende colocar seu texto em votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira. Ele espera que o tema seja levado a Plenário e votado de forma definitiva antes do recesso parlamentar de julho.

O assunto foi tema de uma audiência pública ontem. Após ouvir representantes dos setores acadêmico, industrial, de serviços, do comércio e de defesa do consumidor, Ferrazo informou que dará preferência ao PLC 53/2018, do deputado Milton Monti (PR-SP), já aprovado na Câmara. A proposta tramita em conjunto com outros três projetos com origem no Senado (PLS 131/2014, PLS 181/2014 e PLS 330/2013).

Acordo

Segundo Ferrazo, Câmara e Senado tinham propostas que estavam sendo construídas na mesma direção. Por isso houve um acordo para que a Casa que aprovasse primeiro sua versão seria seguida pela outra:

— O debate vai continuar aberto. Isso aqui não é ponto de chegada, é ponto de partida. Não temos tempo a perder e precisamos focar no que precisa dar certo. Vou fazer correções de redação e de técnica legislativa, mas o sentido da minha relatoria é trabalhar para seguir adiante com o PLC 53, que é fruto de uma construção coletiva — afirmou.

Com exceção dos representantes dos bancos e de seguradoras, que



O vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Garibaldi Alves Filho (C), comanda audiência com especialistas convidados



Ferrazo quer analisar as sugestões para concluir o relatório até o fim de semana

apresentaram uma série de propostas de alteração de conteúdo, os demais participantes da audiência defenderam a aprovação rápida do projeto, sem novas modificações, a fim de que o texto não volte à Câmara. Segundo eles, a proposição representa um avanço e colocará o Brasil em linha com outros países que já aprovaram legislações sobre o assunto.

— O PLC 53 é um resultado possível e maduro. Não é o texto que a sociedade civil desejaria em todos os sentidos, mas é adequado ao contexto tecnológico, não engessa a inovação e concilia direitos dos titulares dos dados e de empresas — opinou a coordenadora do coletivo Intervezes e integrante da Coalizão Direitos na Rede, Bia Barbosa.

Maturidade

A professora da Universidade de Brasília (UnB) Laura Schertel disse estar surpresa com o nível de maturidade atingido pelo assunto no Parlamento e afirmou que vê riscos se a atual oportunidade de votação não for aproveitada.

— Não temos uma regulamentação geral sobre dados pessoais. Temos o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Defesa da Concorrência e não temos como se dá o fluxo de informação. Com isso, todos saem perdendo, não só os cidadãos, mas empresas e o Estado porque não sabem qual o limite do

compartilhamento de dados — opinou.

Os representantes da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abrat), Sérgio Paulo Galindo, e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Igor Britto, informaram que estão satisfeitos com o texto final do projeto aprovado na Câmara e disseram que novas alterações podem desconstruir o trabalho feito até aqui.

— O PLC 53 é fruto de um debate que ocorreu em paralelo nas duas Casas legislativas. Isso causou um ciclo virtuoso, com influências recíprocas. Há espaço para emendas de redação, mas assuntos particulares podem ser tratados por outros instrumentos do próprio Legislativo. Até porque há *vacatio legis* [prazo para a lei entrar em vigor] de 18 meses — opinou Galindo.

Ferrazo afirmou ainda que vai analisar uma por uma as sugestões apresentadas para concluir o relatório ainda esta semana.

Avançam empréstimos para Finep e Hortolândia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou dois pedidos de autorização de contratação de empréstimos externos no valor total de US\$ 642 milhões. Um é para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o outro, para Hortolândia (SP). As duas propostas entraram extra-pauta na reunião de ontem.

Simone Tebet (MDB-MS) relatou as duas mensagens. Os pedidos foram convertidos em projetos de resolução que seguiram, com pedido de votação em regime de urgência, para o Plenário.

O maior empréstimo, no valor de US\$ 600 milhões, será entre a Finep e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos — Programa Inovar para Crescer.

Produtividade

De acordo com Simone, o objetivo é aumentar a produtividade da economia por meio do fomento à inovação, à adoção de tecnologias por micros, pequenas e médias empresas com potencial de inovação e ao fortalecimento da capacidade institucional

da Finep.

Já o empréstimo para o município de Hortolândia, no montante de US\$ 42 milhões, deverá ser firmado com a Corporação Andina de Fomento (CAF). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável de Hortolândia. A relatora afirmou que a estimativa é de que sejam liberados em torno de US\$ 10 milhões por ano entre 2018 a 2021. De acordo com Simone, o objetivo do programa é promover a integração geográfica e humana no município.

— Para tanto, são previstos gastos com implantação de pontes, travessias, recuperação e preservação ambiental, ampliação da rede municipal de ensino e saúde, aprimoramento do sistema de segurança pública e incentivos à prática de atividades esportivas e de lazer — explicou Simone.

José Pimentel (PT-CE), Wellington Fagundes (PR-MT) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestaram apoio ao empréstimo.

Comissão deve ouvir Caixa sobre operações de crédito em Goiás

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) de convocação do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e de convite ao presidente da Caixa Econômica Federal, Nelson Antônio de Souza, para que deem explicações sobre operações de crédito entre a Caixa e o estado de Goiás.

— É conhecida a grave situação fiscal do estado, e essa tentativa de buscar mais empréstimo é preocupante. Goiás foi rebaixado pelo Tesouro Nacional e está sem condições para contrair mais dívida com o aval da União — explicou Caiado.

O senador pretende questionar também o fato de o governo estadual ter prorrogado por cinco anos o contrato com o banco para administração da folha de pagamento dos servidores públicos.

— O governador, no fim de 2017, ampliou o contrato com a Caixa para a folha de pagamento sem processo de licitação. O Ministério Público



Caiado explicou que convocação do ministro pode virar convite

de Contas de Goiás já disse que isso não poderia ter sido feito — afirmou.

Segundo o senador, o objetivo é ouvir o comando do banco, mas, como a comissão não tem poderes para convocá-lo, optou pela convocação do ministro da Fazenda. Posteriormente a convocação pode ser transformada em convite.

— Não é nosso interesse a vinda do ministro, mas por ser a Caixa subordinada à Fazenda, temos essa única alternativa regimental. Depois de aprovado o requerimento, a Mesa pode articular a vinda do presidente — explicou.



Simone relatou os pedidos para empresa pública e cidade paulista

Debatedores defendem transporte ferroviário

Participantes de audiência na Comissão de Infraestrutura disseram que é preciso aumentar investimentos privados no setor, que hoje responde por 15% das cargas transportadas

A GREVE DOS caminhoneiros, que paralisou o país no fim do mês passado, evidenciou a dependência do modal rodoviário para transporte de cargas. Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), debatedores defenderam a diversificação de transportes para escoamento da produção, mas apontaram os desafios em um momento de restrição orçamentária.

Hoje, 65% do transporte de cargas é feito pelas rodovias contra 15% por ferrovias, 11% por cabotagem e 5% por hidrovias. O diretor do Departamento de Infraestrutura de Logística do Ministério do Planejamento, Otto Luiz Burlier, observou que o orçamento do setor — cerca de R\$ 10 bilhões — é igualmente concentrado na manutenção e recuperação de rodovias. Diante da limitação orçamentária, Burlier avalia que é preciso buscar mais investimentos da iniciativa privada.

— Não temos condições de investir em todos setores, temos que priorizar.

O diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério dos Transportes, Rodrigo Cruz, também defendeu a revisão do papel do Es-



Lasier Martins (à frente) e Acir Gurgacz (à mesa, no centro), que presidiu a audiência da CI

tado no setor. Segundo ele, é preciso avançar em uma rede de transportes que se complemente, diminuindo a dependência do modal rodoviário.

— Isso trará menor vulnerabilidade a paralisações como enfrentamos recentemente. Tão importante quanto diversificar nossa matriz de carga é fazer com que a matriz possa operar no que é mais adequado.

A aposta do Ministério dos Transportes

é de que, a partir de 2025, com as renovações de contratos de concessões e conclusão de obras, suba de 15% para 30% a participação do modal ferroviário no transporte de cargas:

— A gente aposta que tenha um ganho de 15% no montante de cargas transportadas pelo transporte ferroviário e a diminuição de 65% para 50% do modal rodoviário — estimou Cruz.

Segundo o gerente jurídico da

Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Regis Dudena, a prorrogação dos contratos de cinco concessionárias, que está em análise no momento, vai representar investimentos da ordem de R\$ 25 bilhões nos próximos cinco anos, o que vai ajudar a desafogar a logística.

— Esses R\$ 25 bilhões vão servir para a ampliação de capacidade das vias, tecnologia, construção de novos trechos e ramais e ampliação e modernização da frota.

Dudena e o diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fabiano Pompermayer, destacaram outras vantagens do transporte feito por ferrovias, como menor emissão de poluentes, maior segurança e frete mais barato em comparação ao modal rodoviário.

Lasier Martins (PSD-RS), que pediu a audiência, defendeu mais investimentos em ferrovias.

— Quando ocorreu a greve dos caminhoneiros, houve uma espécie de clamor nacional. As pessoas diziam a mesma coisa: o país precisa de transporte ferroviário.

Preço de frete divide empresas e caminhoneiros

Duas audiências públicas promovidas ontem no Congresso expuseram as posições divergentes de empresários e de caminhoneiros em relação à instituição de tabela de preços de frete. As audiências foram promovidas pela comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 832/2018, que institui uma política de preços mínimos do frete rodoviário por quilômetro rodado. A MP foi editada pelo governo como parte do acordo para pôr fim à greve dos caminhoneiros. Desde 30 de maio, estão vigentes tabelas com preços mínimos para o transporte de cargas.

Representantes dos caminhoneiros autônomos defenderam a MP e reclamaram, em audiência pela manhã, que o tabelamento é desrespeitado. Por sua vez, representantes do setor industrial e do agonegocio, que participaram de audiência à tarde, criticaram o tabelamento. Para eles, a MP é inflacionária, reforça a insegurança jurídica e não atende à especificidade dos tipos de

carga e contratos existentes.

Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antonio Fayet destacou que o agricultor vive espremido entre os preços internacionais, o custo Brasil e o aumento dos combustíveis. Ele destacou que investimentos que deveriam ser feitos para baratear o custo não foram concluídos, como rodovias e portos para escoamento da produção agrícola. Fayet cobrou solução para os problemas estruturais no transporte, além de teto tributário para os combustíveis e um sistema justo de pedágio.

Inaplicável

O presidente-executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga, Luis Henrique Baldez, apontou a inaplicabilidade da tabela proposta. Ele disse que 60% das rodovias estão ruins ou péssimas, o que dobra o custo operacional do caminhão.

Representante do Movimento dos Transportadores de Grãos de Mato Grosso, Gilson

Baitaca defendeu a MP.

— O trabalho mais degradante hoje é o dos caminhoneiros, que chega a 90 horas semanais, em estradas com pedágio, não duplicadas e sem acostamento. Queremos a aprovação da MP.

O presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, André Nassar defendeu a reformulação. Para ele, a medida impediu qualquer negociação com as partes envolvidas.

— Quando mexe com o frete, tem que rebalancear a cadeia inteira. Não faz sentido alterar o frete agora, quando a safra começa a ser colhida. As compras estão suspensas, ninguém sabe como vai ficar.

Filiado à Federação das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo, Flávio Benatti disse que os fretes vêm caindo para os autônomos. O caminhoneiro Joel Rocha confirmou, relatando que a categoria vive “mendigando”.

— Nosso dia a dia é sofrido. Com o frete que recebo, não posso pagar comida. Não temos condições de fazer a manutenção do caminhão. Um piso mínimo, não o tabelamento, traz dignidade à categoria.

O relator da MP, deputado Osmar Terra (MDB-RS), disse ser necessário estabelecer regra básica em torno do custo mínimo do frete, seguido do diálogo entre as partes envolvidas.

— O caminhoneiro está trabalhando abaixo do custo mínimo, dando ganho a quem contrata seu serviço. Esse equilíbrio é que temos que resolver.



Humberto Costa (C) preside debate sobre remédios para doenças raras

Audiência expõe falhas na compra de medicamentos

A denúncia de que empresa vencedora de licitação do Ministério da Saúde não entregou remédios para o tratamento de pacientes com doenças raras foi apresentada ontem durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O impasse se arrasta desde o ano passado. Para atender uma demanda judicial, o ministério fez licitação para compra de três remédios para doenças raras. A empresa vencedora, porém, não tinha o documento exigido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para liberar a importação de medicamentos, que garante que a droga não é falsificada.

A Justiça obrigou o cumprimento da licitação. A empresa foi paga, mas não entregou os remédios. Segundo a vice-presidente, do Instituto Vidas Raras, Regina Próspero, várias pessoas estão sem tratamento e há casos de morte.

— Em relação à compra da Global, em 24 de abril, tivemos uma audiência na Câmara e de lá para cá não teve alteração.

Houve promessas de que a empresa seria penalizada. Até hoje isso não aconteceu.

Em nome do Ministério da Saúde, Eduardo do Rego informou que a pasta trabalha para garantir o abastecimento dos três remédios.

— Está demonstrado que a gente não esperou a entrega da Global para retomar o abastecimento. Tem que ficar claro também que não é por conta de uma compra que a gente vai parar as demais compras.

Humberto Costa (PT-PE) disse que, em questões de vida ou morte, a economia não pode ser o critério mais importante na compra de medicamentos.

— Não podemos considerar mais relevante a preocupação com a economicidade e deixar em segundo plano a preocupação da qualidade e da garantia — ressaltou o senador.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, rara é a doença que afeta até 65 pessoas em 100 mil habitantes. A estimativa é que existam até 8 mil tipos dessas doenças.



Comissão fez ontem duas audiências sobre a tabela de preços de frete

Especialistas pedem fiscalização contra desmate

Ações contra o desmatamento ilegal vêm se aperfeiçoando no país e não podem parar, pois objetivo do país é zerar a prática, afirmaram participantes de audiência pública

MESMO COM DIMINUIÇÃO significativa do desmatamento ilegal no Brasil desde 2004, as ações de monitoramento e fiscalização vêm aumentando e se aperfeiçoando e não podem parar, já que o objetivo do país é acabar com essa prática até 2030. Essa foi uma das avaliações apresentadas ontem em audiência pública interativa promovida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Conduzida pelo relator da comissão, senador Jorge Viana (PT-AC), a reunião debateu a situação atual e as perspectivas do combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado e o cumprimento pelo Brasil das metas (chamadas Contribuição Nacionalmente Determinada) estabelecidas no Acordo de Paris, que busca reduzir o aquecimento global.

Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Claudio Aparecido de Almeida afirmou que o desmatamento diminuiu significativamente desde 2004, mas o Brasil ainda está muito acima da meta de ter no máximo 3.587 quilômetros quadrados (km²) desmatados por ano entre 2016 e 2020. Em 2016, foram 6,7 mil km² desmatados e em 2017, 7,4 mil km². Ele disse que o acompanhamento das mudanças de uso da terra (como desmatamento e queimadas) na Amazônia e no Cerrado são feitos pelo Inpe com ajuda da Embrapa e que a partir do ano que vem todos os biomas terão seus monitoramentos publicados. Além de Amazônia e Cerrado, há também



Relator da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, Jorge Viana (C) conduz audiência sobre o desmatamento ilegal na Amazônia e no Cerrado

os biomas Caatinga, Pantanal, Pampa e Mata Atlântica.

O pesquisador da Embrapa Meio Ambiente Celso Vainer Manzatto destacou que o aumento da produtividade no campo vem ajudando a reduzir o desmatamento e a diminuir a necessidade de expansão da fronteira agrícola. Para ele, é papel dos órgãos ambientais do país tornar os produtores rurais aliados no combate ao desmatamento ilegal. O pesquisador ressaltou que o país precisa continuar investindo em políticas de transferência de tecnologias e extensão rural, que ajudam no aumento da produtividade e, conseqüentemente, na diminuição do desmatamento ilegal.

O coordenador-geral de Fiscalização Ambiental do Ibama, Renê Luiz de Oliveira, informou que a entidade tem meta de zerar o desmatamento ilegal em todo o país até 2030. Ele disse que os grandes territórios de estados como

Amazonas, Pará e Mato Grosso do Sul dificultam o combate ao desmatamento e que ainda há muito garimpo ilegal e furto de madeira em terras indígenas. O coordenador também ressaltou que o Ibama precisa com urgência de concurso público para suprir vagas em aberto, para que as ações de fiscalização não sofram descontinuidade.

Emissões de carbono

A diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental do Amazonas (Ipam), Ane Alencar, relatou que 73% das emissões brasileiras que contribuem para o aquecimento global são oriundas da área rural — 51% relativos a queimadas para desmatamento e 22% a emissões da pecuária. Ela disse ter dúvidas se o desmatamento está realmente estabilizado no país, embora reconheça que houve avanços nos últimos anos.

Também participaram dos debates o coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia do WWF Brasil, André Nahur, e o assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) João Carlos Carli.

Nahur afirmou que um dos maiores desafios do Brasil é desenvolver a economia verde e advertiu que o Cerrado e a Caatinga são negligenciados pelo poder público. Já Carli sustentou que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma ferramenta importante para gestão das propriedades rurais. Segundo ele, 33% da vegetação nativa brasileira ainda está em pé em propriedades rurais, somando mais área que reservas indígenas e de preservação juntas. Para Carli, a regularização ambiental de propriedades rurais no Brasil é difícil, complicada e burocrática, e a legislação referente ao setor é a mais rígida do planeta em relação ao produtor rural.

Ana Amélia elogia atuação do Hospital Vila Nova, em Porto Alegre

Ana Amélia (PP-RS) saudou o Hospital Vila Nova, em Porto Alegre, como exemplo de qualidade e demonstração de que o Brasil “tem jeito” quando há líderes que “fazem o dever de casa”. Entre os feitos, a senadora destacou que o hospital zerou a fila das cirurgias de catarata.

Ana Amélia alertou que o hospital está sujeito a multa por não preencher os postos de trabalho obrigatórios para pessoas com deficiência. Ela informou que o hospital é impedido de receber doações de medicamentos de São Paulo porque a receita é de um médico gaúcho e não de um de São Paulo.



Marcos Oliviera/Agência Senado

Paim cobra votação de texto sobre compensação a estados pela Lei Kandir

Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que o Congresso cumpra decisão do STF e vote até agosto um projeto que regulamente os repasses da União aos estados e municípios, a título de compensação pelas perdas por causa da Lei Kandir.

O senador explicou que, com a Lei Kandir, as exportações de produtos primários e semielaborados ficaram isentas do ICMS, o que reduziu a arrecadação dos entes. O STF determinou a aprovação de uma lei, num prazo de 12 meses, para regular a compensação. O prazo se encerra em agosto.

— Se o Parlamento não editar norma regulando a matéria no período fixado, o TCU deverá estipular as regras de repasse e calcular as cotas de cada parte.

Medeiros critica critérios usados para demarcação de terras indígenas

Em pronunciamento ontem pela liderança do Podemos, José Medeiros (MT) criticou a “religiosidade partidária” que orienta a demarcação das terras dos índios.

Medeiros alertou especialmente para a situação da população de Jarudore em seu estado, que ocupa área há mais de 60 anos e corre o risco de ser desalojada a qualquer momento para a expansão de uma reserva indígena.

O senador pediu que a bancada de Mato Grosso se una para evitar o “caos” e cobrou bom senso da Funai para que a demarcação de terras indígenas não se baseie em critérios arbitrários.



Marcos Oliviera/Agência Senado

Lídice da Mata faz homenagem póstuma ao baiano Waldir Pires

Lídice da Mata (PSB-BA) homenageou o ex-governador, ex-ministro e ex-deputado federal Waldir Pires, que morreu no dia 22 em Salvador. A senadora destacou que a atuação de Pires, que foi consultor-geral da República de João Goulart e ministro nos governos Sarney e Lula, foi marcada pela honestidade e pela lealdade aos princípios democráticos.

— Que os exemplos de Waldir possam guiar a política brasileira neste tempo tão difícil, onde faltam muitos dos valores que ele representava — concluiu.



Marcos Oliviera/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Indicação de embaixadores para Bolívia e Finlândia vai a Plenário

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores, os diplomatas explicaram as particularidades da economia e da política dos dois países

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações dos diplomatas Octávio Henrique Côrtes para o cargo de embaixador do Brasil na Bolívia, e João Luiz de Barros Pinto para chefiar a embaixada brasileira na Finlândia. A análise das indicações segue agora ao Plenário.

Durante a sabatina, Côrtes disse que a Bolívia vive um tempo de estabilidade. Ele observou que o país andino foi o que mais sofreu com golpes de Estado na América Latina durante o século 20, e que esse cenário de instabilidade crônica acabou contribuindo para seu baixo índice de desenvolvimento socioeconômico e de grande desigualdade na distribuição de renda. Um quadro que o atual governo, no entender do diplomata, tem procurado superar.

— Desde que Evo Morales assumiu a Presidência da República em 2006, tem havido um grau de estabilidade que permitiu ao país quintuplicar seu produto interno bruto.



Barros Pinto, indicado para Finlândia, e Fernando Collor, presidente da CRE, ouvem Côrtes, indicado para Bolívia

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) reconheceu que a gestão de Evo Morales tem possibilitado a melhoria das condições de vida dos bolivianos, mas manifestou visão crítica quanto ao seu perpetuamento no poder. Isso porque Morales anunciou que tentará mais uma reeleição em 2019, para um mandato previsto para durar até 2025.

Durante a sabatina de João Luiz de Barros Pinto, o relator da indicação, Hélio José (Pros-DF), pediu que o diplomata

atue para aumentar o intercâmbio no setor de energia entre Brasil e Finlândia. Ele disse ser possível avançar em energia eólica e de biomassa.

— A Finlândia tem plataforma continental favorável à exploração de energia eólica. Como o Brasil tem uma expertise muito nessa área, é uma fonte de abertura de comércio para as nossas empresas. A Finlândia também tem muita biomassa, resíduos que sobram por exemplo do aproveitamento da madeira.

Finlândia

- » Área: 338.145 km²
- » Capital: Helsinque
- » População: 5,53 milhões
- » PIB per capita: US\$ 43.832
- » Exportações brasileiras: US\$ 269 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 561 milhões

Bolívia

- » Área: 1.098.581 km²
- » Capital: La Paz
- » População: 11,95 milhões
- » PIB per capita: US\$ 3.198
- » Exportações brasileiras: US\$ 1,48 bilhão
- » Importações brasileiras: US\$ 2,5 bilhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Comissão aprova acordo entre Brasil e México para proteção à cachaça e à tequila

O reconhecimento mútuo da cachaça e da tequila como indicações geográficas e produtos distintivos do Brasil e do México foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores ontem. A medida faz parte de acordo assinado entre os governos do Brasil e do México (PDS 69/2018). O acordo segue agora votação em Plenário.

A relatora foi Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que apon-

tou que a efetivação do acordo possibilitará a proteção da propriedade comercial. Isso porque o texto determina que toda bebida vendida no Brasil com o nome de tequila terá que ser de fabricação mexicana, assim como toda cachaça vendida no México terá que ser de fabricação brasileira.

— A tequila e a cachaça devem suas características aos processos tradicionais de cultivo, fermentação, destilação,

armazenamento e envelhecimento e às propriedades locais únicas. Por isso é importante protegê-las comercialmente, o que também se reflete em mais qualidade dos produtos fornecidos ao consumidor.

Vanessa ressaltou que o acordo tem o apoio do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac) e do Conselho Regulador de Tequila (CRT), as duas instituições que representam no Brasil os produtores de

cada bebida. E acrescentou que uma parceria entre o Ibrac e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) investiu recentemente R\$ 1,3 milhão na promoção da cachaça no México, nos Estados Unidos e na Alemanha.

— O Brasil possui quase 2 mil produtores de cachaça e 4 mil marcas da bebida. Mas enquanto o México exporta anualmente 180 milhões de li-

tros de tequila para 120 países, o Brasil exporta só 7,7 milhões de litros para 61 países. Apenas 1% da nossa cachaça é exportada. É possível exportar mais.

Para a senadora, isso só se dará a partir do reconhecimento internacional progressivo da cachaça como produto exclusivamente brasileiro. Esse processo de reconhecimento foi iniciado pelo México com a tequila ainda na década de 1970.

Produção de petróleo será debatida no Nordeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem um requerimento da senadora Fátima Bezerra (PT-RN) que prevê a realização de dez audiências públicas para debater o atual modelo de exploração e produção de petróleo e seus impactos sobre o financiamento das políticas públicas no Brasil.

Os debates serão realizados em Brasília e nas seguintes capitais do Nordeste: Natal, Aracaju, Salvador, Fortaleza, Teresina, São Luís, João Pessoa e Recife.

Ainda não há data definida para as audiências públicas, que contarão com representantes do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Ener-

gia (Cerne), da Associação Brasileira dos Municípios, da Federação Única dos Petroleiros e da Frente Nacional dos Prefeitos, além de especialistas no assunto.

O senador Paulo Rocha (PT-PA), que também assinou o requerimento, disse que a

crise dos combustíveis motiva a discussão urgente do tema e a busca de soluções para o problema.

Paulo Rocha criticou ainda a busca exagerada pelo lucro na Petrobras e destacou o valor que a empresa tem para a população brasileira.



Para Paulo Rocha, é urgente discutir o modelo de exploração do petróleo

Requião critica órgãos do Senado e do Congresso

Roberto Requião (MDB-PR) criticou o Conselho de Comunicação Social do Congresso, afirmando que o órgão tem visão parcial e representativa da posição da grande mídia comercial.

O senador também criticou a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Ele disse que a IFI chegou à conclusão de que é necessário mais ajuste fiscal, correspondente a 5% do PIB.

— Vejam só a que ponto leva o fundamentalismo de mercado — completou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Sandoval pede votação de lei de proteção de dados

Airton Sandoval (MDB-SP) defendeu ontem a rápida aprovação do projeto do marco regulatório nacional de proteção de dados pessoais (PLS 330/2013), de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O texto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ele ressaltou que a regulamentação desse setor é essencial em uma sociedade digital como a de hoje, em que a quantidade de dados é cada vez maior e mais utilizada por diversas entidades.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Debate: autogestão em saúde precisa do Estado

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discutiu ontem a situação de beneficiários de operadoras sem fins lucrativos, como a Geap e a Capesaúde

O ESTADO DEVE incentivar a formação de autogestões em saúde. Essa afirmação foi destacada pelos convidados da audiência realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Paulo Paim (PT-RS) requereu a reunião para debater a situação enfrentada por essas operadoras sem fins lucrativos e pelos seus beneficiários.

Para o senador, é dever da sociedade civil apresentar proposições legislativas para mudar o cenário.

— Não dá para o servidor continuar a ter aumento nos planos e não ter aumento no salário pela inflação.

Segundo o diretor-presidente da Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde (Capesesp), João Paulo dos Reis Neto, a estimativa de participação da União no custeio dos planos em 2017 era de 27%, porém o repasse patronal não aconteceu, causando um reajuste de 14,6% a ser pago pelo beneficiário.

— Nos últimos oito anos, houve um aumento de 145% dos custos assistenciais dos planos de autogestão. A variação da parte de custeio per capita assumida pelos servidores foi de 220%. E a variação do valor do repasse da União aos servidores para a assistência à saúde foi de apenas 50% — informou.

Segundo ele, a média de idade do beneficiário da Capesaúde, o plano oferecido pela Capesesp, é de 48 anos, sendo 40% da carteira na última faixa etária (59 anos ou mais). Para ele, um plano de saúde com fins lucrativos não conseguiria atender a esse perfil.

O diretor-executivo da operadora



Representantes do governo, dos planos de saúde, da Receita Federal e de sindicatos durante audiência dirigida por Paulo Paim (5º à esq.)

Geap, Leopoldo Alves Neto, ressaltou que as liminares contra os reajustes dos custeios gera um prejuízo anual de mais de R\$ 456 milhões para a entidade.

— Um em cada três beneficiários da Geap tem ação na Justiça para reduzir o reajuste das mensalidades. Por causa dessas ações, o reajuste em 2018 foi de 19,94%. Sem a queda na receita das liminares, seria de 1,37% — apontou.

O coordenador-geral substituto de Previdência e Benefícios para o Servidor do Ministério do Planejamento, Teomair de Oliveira, informou que a União investe R\$ 1,6 milhão por ano e que o valor é calculado de acordo com a idade e a remuneração dos beneficiários.

— Entendemos a situação das entidades de autogestão e nos compadecemos. Mas o governo está procurando fazer a sua parte. Estamos investindo e

entendemos que esse investimento é um valor considerável para o público de 1,4 milhão de beneficiários.

Legislação

Consultor jurídico da Unidas Autogestão em Saúde, José Luiz Toro da Silva disse que se faz uma alteração da legislação que especifique um tratamento diferenciado para as autogestões.

— Ao invés de o Estado estimular os direitos dos trabalhadores e servidores a se organizarem para cuidar de sua saúde, acontece um desestímulo — disse.

Assessora jurídica da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Paula Ávila Poli disse que, com a nova súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que revoga a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos

de plano de saúde, ações judiciais não têm sido saída para os beneficiários.

— O beneficiário não está sendo mais considerado como a parte vulnerável da relação. E isso se deu mediante entendimento de que o beneficiário, tendo assento no Conselho de Administração, pode decidir. Nos últimos três anos, o reajuste foi aprovado pelo voto de Minerva, deixando de lado os votos dos servidores — criticou.

De acordo com o vice-presidente de Assuntos Fiscais da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Vanderley José Maçaneiro, nove dirigentes assumiram a Conselho Administrativo da Geap em três anos.

— Será que é possível desenvolver um planejamento em longo prazo com tanta rotatividade nos comandos? E por que há tanta rotatividade? — indagou.

Retenção de verbas prejudica santas casas, aponta audiência

O diretor-geral da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), José Luiz Spigolon, criticou a retenção de valores destinados às instituições filantrópicas por secretarias estaduais e municipais de Saúde. Em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem, ele afirmou que, apesar de o Ministério da Saúde repassar a verba regularmente nos últimos dois anos, dificilmente o recurso chega às instituições de destino, atrasando pagamentos e prejudicando o atendimento à população.

Para Spigolon, os gestores dessas secretarias têm cometido crime de apropriação indébita. E isso se agrava, segundo ele, pela alta rotatividade da função. A troca de secretários de Saúde no país tem ocorrido em média duas vezes por ano, com casos em que há mudanças quatro ou até cinco vezes ao ano.

Outro problema, segundo Spigolon, é a falta de certificação de 1.135 instituições filantrópicas pelo Ministério da Saúde, por mera ausência de interesse dos secretários

de Saúde. Por não terem esse reconhecimento, essas unidades são prejudicadas, já que não podem receber benefícios como a isenção da cota previdenciária, explicou.

— Aí está a necessidade urgente de gestores e prestadores de serviço comprometidos, que contribuam para darmos respostas rápidas à sociedade brasileira, no que se refere à qualidade da saúde — alertou.

Desequilíbrio

Assessor da Confederação Nacional de Saúde, Adriano Carlos Ribeiro fez críticas ao critério de distribuição dos recursos da União per capita para as unidades filantrópicas do país. Em sua avaliação, as

verbas deveriam ser repassadas de modo igualitário para as instituições. Para ele, a diferenciação na entrega da verba leva o cidadão de um estado a valer mais ou menos do que o de outro, criando embaraços e distorções na planta orçamentária nacional.

— Temos que tornar muito clara a responsabilidade de cada ente das esferas municipal, estadual e federal. Há estados que conseguem manter seu sistema de saúde, outros são totalmente dependentes.

Urgência de respostas

O secretário de Saúde do Distrito Federal, Humberto Lucena Pereira da Fonseca, destacou o apoio dos órgãos

filantrópicos, já que essas unidades funcionam com regras de instituições privadas. Para ele, atualmente a administração da saúde somente pelo poder público é inviável, devido à urgência de respostas que o governo não consegue dar.

Fonseca disse que o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal é a única instituição filantrópica em Brasília. Segundo ele, o governo tem estudado um modelo de administração da saúde voltado para o setor, o que contribuirá para a melhoria do serviço.

Ao destacar que a participação das santas casas é indispensável na prestação dos serviços de saúde, o autor do requerimento da audiência

pública, Dalírio Beber (PSDB-SC) disse que o objetivo é otimizar as parcerias, levando as autoridades a dar condições para que esses hospitais continuem dando assistência.

Estrutura

Segundo o Ministério da Saúde, as unidades filantrópicas geram 990 mil postos de trabalho no país. São 160 mil médicos que atendem como profissionais liberais, 132.500 leitos, o que representa 37% da capacidade de atendimento do SUS e mais de 4 milhões de internações. As santas casas responderam por mais de 51% de todo o atendimento no sistema público de saúde em 2017. Essas instituições atuam diretamente no sistema público de saúde, inclusive em procedimentos de alta complexidade.

O valor repassado pelo Ministério da Saúde corresponde a cerca de 65% do gasto em um serviço. Para cada R\$ 100, os hospitais recebem R\$ 65 em média. Para tentar manter dinheiro em caixa, as entidades recorrem a financiamentos e a empréstimos bancários, gerando endividamento.



Representante das entidades filantrópicas, José Luiz Spigolon fala em debate comandado por Dalírio (3º à esq.)